

ANEXO IV
CRITÉRIOS PARA ACERTO FINANCEIRO E CONTESTAÇÃO DO RELATÓRIO DE
MENSAGENS

1. Objeto

- 1.1 O presente Anexo tem por objetivo explicitar os procedimentos para apuração, apresentação do Relatório de Mensagens (RELAM), emissão do documento fiscal e os critérios para contestação, acerto de contas e liquidação financeira dos valores da remuneração pela disponibilização do SMS.
- 1.2 Os procedimentos para apropriação da remuneração de redes, apresentação e conciliação, adotados entre as Partes, quando não expressos nesse Anexo, deverão seguir os critérios definidos pelo Grupo Técnico de DETRAF, composto por representantes das Prestadoras fixas e móveis participantes, descritos no Documento de Padronização de DETRAF, versão 2.03 de 19/03/2003 e suas atualizações, elaboradas por esse grupo.
- 1.3 Caberá à cada Parte a responsabilidade de emitir e apresentar à outra Parte o RELAM referente ao próprio crédito, mensagens recebidas e enviadas a cobrar, e o respectivo documento fiscal.
 - 1.3.1 O RELAM deverá conter as quantidades totais de mensagens recebidas pelos Usuários das Partes e o valor total devido pela disponibilização do SMS no período de referência previsto na Cláusula 4.1 deste Anexo.
 - 1.3.2 A remuneração devida será o resultado do valor da VIS da Operadora credora multiplicada pela quantidade de mensagens recebidas e enviadas a cobrar, considerando o disposto na subcláusula **Error! Reference source not found.** do Contrato.
- 1.4 Para fins de emissão do RELAM, o mesmo deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações de acordo com o modelo demonstrado no **Error! Reference source not found.V**, ou a versão mais atual definida pelo Grupo Técnico de DETRAF.
 - 1.4.1. EOT das Operadoras credora e devedora;
 - 1.4.2. Período de referência , conforme estabelecido na Cláusula 4.1 deste Anexo;
 - 1.4.3. Descrição do tipo de serviço: Remuneração pela Disponibilização Mútua do SMS;
 - 1.4.4. Quantidade de mensagens;
 - 1.4.5. Valor unitário aplicável – VIS;
 - 1.4.6. Valor total de remuneração pela disponibilização do SMS (sem tributos e contribuições);
 - 1.4.7. Valor dos tributos e contribuições incidentes (PIS, COFINS e ICMS);
 - 1.4.8. Valor Bruto (com tributos e contribuições – PIS e COFINS – Lei nº 9.718/98).
- 1.5 As Partes acordam que o RELAM poderá incluir mensagens de, no máximo 3 (três) períodos, ou seja, além daquelas relativas ao mês de referência, poderão ser consideradas aquelas relativas aos 2 (dois) meses anteriores consecutivos, desde que devidamente destacadas no RELAM.

- 1.5.1 Para as mensagens encaminhadas onde o número do assinante originador é enviado de forma errada ou em branco, fica sob responsabilidade da Operadora, que entregou a mensagem, a remuneração das respectivas redes envolvidas.
- 1.6 Para os fins deste Anexo, serão consideradas como apresentadas, notificadas, registradas, as comunicações entre as Partes que se utilizarem de qualquer um destes meios eletrônicos ou de serviços de postagem:
 - 1.6.1 e-mails, desde que claramente identificada a sua origem e destino e que seja confirmado seu recebimento pela Parte destinatária.
 - 1.6.2 cartas, desde que com comprovante de Aviso de Recebimento - AR. Neste caso, prevalece como data de contagem de prazo, a data de envio assinalada pelo serviço postal.
 - 1.6.3 para efeito dos processos de pagamento que tenham documentos fiscais como fato gerador, caso os referidos documentos sejam encaminhados através de e-mail, serão considerados como entregues na data do envio. No entanto, essa forma de envio não substituirá o envio do documento original, o qual deverá ser providenciado pelo emitente em até 5 (cinco) dias úteis antes do vencimento, salvo se diversamente acordado entre as Partes.

2. Pagamentos

- 2.1 O RELAM será encaminhado pelas Partes até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do período de referência, contendo as quantidades de mensagens e os valores de remuneração pela disponibilização do SMS, considerado o período de referência determinado na Cláusula 4.1 deste Anexo.
- 2.2 O documento fiscal emitido por uma das Partes é independente do emitido pela outra Parte. O documento fiscal deverá ser emitido de acordo com a totalidade de SMS entregues pelas Partes.
- 2.3 O atraso na apresentação do RELAM não ensejará a cobrança de qualquer penalidade à Parte devedora.
- 2.4 As Partes acordam, desde logo, que não estão autorizados quaisquer abatimentos ou deduções nos pagamentos dos valores de remuneração pela disponibilização do SMS em decorrência de reclamações, inadimplência ou fraude verificadas, sejam estas comprovadas ou não, de Usuários do SMS de ambas as Partes.
- 2.5 As Partes acordam que sobre os valores devidos em função do objeto do presente Contrato não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas Partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.

3. Divergências e Contestações

- 3.1 Qualquer das Partes só poderá apresentar a contestação do conteúdo do RELAM apresentado pela outra Parte, dentro do prazo de 90 (noventa dias), contados a partir da data da sua apresentação, salvo acordo específico entre as Partes.
- 3.1.1 Quando a apresentação da contestação for realizada em até 5 (cinco) dias úteis do vencimento do RELAM, a Parte devedora deverá efetuar, até aquela data, o pagamento, no mínimo, da parcela incontroversa.
- 3.1.1.1 A Parte Devedora só poderá deixar de pagar, a título de parcela controversa, até o limite do percentual de invalidação verificado na média dos 2 (dois) últimos processos de conciliação de tráfego, ou do último processo de conciliação, caso só tenha havido um, respeitando o disposto no item 3.1.1;
- 3.1.1.2 Caso haja uma variação percentual superior a 10% (dez por cento) do RELAM apresentado, pela Parte Credora, em relação ao RELAM apresentado no período anterior, a Parte Devedora poderá aumentar o limite de retenção financeira ao exposto na Cláusula 3.1.1.1, acima, proporcionalmente ao que exceder os 10% (dez por cento).
- 3.1.2 Quando a apresentação da contestação for feita após o prazo definido no item 3.1.1, acima, a Parte devedora deverá ter efetuado o pagamento integral dos valores incluídos no RELAM.
- 3.1.3 A falta de pagamento, de acordo com os critérios definidos nas subcláusulas 3.1.1 e 3.1.2 acima, será entendida como inadimplência, sujeita às sanções pré-estabelecidas.
- 3.2 Todas as contestações de erro de cálculo na quantidade de mensagens declaradas deverão ser apuradas, assim como, as contestações envolvendo valores financeiros cujas divergências ultrapassem 1% (um por cento) do total apresentado no referido RELAM.
- 3.3 O procedimento para apuração de ocorrência de divergências que levem à contestação do RELAM será feito da seguinte forma:
- 3.3.1 A Parte devedora enviará contestação, referente a valores apresentados por meio de RELAM, à Parte credora via correio eletrônico, juntamente com o RELAM Expectativa, devendo enviá-la igualmente por meio de correspondência com Aviso de Recebimento – AR no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o seu envio por e-mail.
- 3.3.2 A referida comunicação deverá conter o objeto do questionamento, o período ao qual a sua contestação se refere e o RELAM de expectativa de débito.
- 3.3.3 A Parte contestada deverá confirmar o recebimento da contestação, escolhendo uma das formas previstas na Cláusula 1.6 do presente Anexo.
- 3.3.4 Recebida a comunicação, as Partes deverão tempestivamente acertar os procedimentos a serem adotados, visando à superação das divergências, privilegiando a utilização de métodos e recursos que reúnam simplicidade e eficácia para a apuração do que for controverso.

- 3.3.4.1 As Partes, após confrontarem os RELAMs de crédito e de débito apresentados, poderão permutar relatório, discriminando a quantidade de mensagens, por dia, que justifiquem tais divergências.
- 3.3.5 Caso as divergências perdurem, em um prazo de até 30 (trinta) dias da data de formalização da contestação do RELAM, as Partes deverão permutar arquivos contendo a totalidade dos registros das mensagens ocorridas no período em questão (CDRs).
 - 3.3.5.1 O prazo para conclusão desta etapa do processo de conciliação é de até 90 (noventa) dias da data da formalização da contestação do RELAM
 - 3.3.5.1.1 Entende-se por conclusão do batimento a apuração da procedência da contestação e a liquidação financeira por uma das Partes.
 - 3.3.5.1.2 Caso a Parte Devedora não finalize o processo de conciliação dentro do prazo supra citado, devido a atrasos sob sua responsabilidade ou sua não manifestação, essa deverá devolver integralmente à Parte Credora os valores que não foram pagos no processo de contestação, acrescidos de multa, juros e atualização monetária, conforme Cláusula 11 do Contrato.
- 3.3.6 As Partes confrontarão os resultados de suas análises obtidas por intermédio dos dados disponibilizados em conformidade com as subcláusulas 3.3.4 e 3.3.5 e definirão a solução da controvérsia.
 - 3.3.6.1 Para os casos descritos na subcláusula 3.1.1 deste documento, a diferença entre o valor efetivamente devido apurado ao final do processo de contestação e o valor pago deverá ser cobrado da Parte devedora, nos termos da subcláusula 3.3.6.2 abaixo, adicionando-se os encargos moratórios previstos na Cláusula 11 do Contrato.
 - 3.3.6.2 As importâncias que vierem a ser devidas, conforme estabelecido na subcláusula 3.3.6.1, deverão ser objeto de nota fiscal/fatura específica, sendo que sua apresentação e pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após a solução da controvérsia.
 - 3.3.6.3 Para os casos previstos na subcláusula 3.1.2., o valor contestado já pago, cuja cobrança tenha sido julgada indevida, deverá ser objeto de crédito no próximo RELAM, com acréscimo dos encargos moratórios previstos na Cláusula 11 do Contrato, devendo ser abatido do valor total do próximo documento fiscal a ser emitido pela Parte responsável pelo acerto fiscal, ou devendo ser objeto de documento de crédito específico, conforme os termos da subcláusula 3.3.6.2 acima, a exclusivo critério da Parte devedora.

- 3.3.6.4 Os encargos moratórios previstos nas subcláusulas 3.3.6.1 e 3.3.6.3 acima serão calculados a partir da data de vencimento do RELAM até a data do pagamento do valor devido ou da devolução do valor cobrado indevidamente.
- 3.3.6.5 Depois de solucionada a controvérsia, o pagamento do valor devido não estará vinculado ao envio dos CDR's não utilizados para batimento.
- 3.3.7 A existência de processos de contestação em andamento, não concorrerá para a suspensão ou limitações dos pagamentos dos RELAM's dos períodos subseqüentes.

4. Prazos

- 4.1 O período de referência do RELAM compreenderá as mensagens efetivamente realizadas e entregues, conforme aviso de recebimento, do primeiro ao último dia do mês, inclusive.
 - 4.1.1 Caso existam mensagens realizadas nos termos da Cláusula 1.5, as mesmas deverão ser relacionadas, de forma separada, com a identificação do mês em que o tráfego foi realizado.
- 4.2 A apresentação do RELAM dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao mês do período de referência, conforme estabelecido, sendo que o atraso desta apresentação não invalida o pagamento do referido documento.
 - 4.2.1 O primeiro RELAM deverá referir-se ao primeiro mês subseqüente à implementação do Protocolo SMPP, conforme Cláusula VIII do Contrato.
- 4.3 O documento fiscal deverá ser apresentado até 5 (cinco) dias úteis antes da data de vencimento do referido RELAM.
- 4.4 A data de vencimento do RELAM é o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês
 - 4.4.1 A Entidade Devedora deverá, quando solicitado, encaminhar cópia do depósito bancário, comprovando a liquidação financeira do RELAM.
- 4.5 O não pagamento de quaisquer valores do RELAM devidos na data de vencimento sujeitará à Parte inadimplente, independente de aviso ou interpelação judicial, às multas e sanções previstas na Cláusula XI do Contrato.
 - 4.5.1 As importâncias que vierem a ser devidas, decorrentes de multas e demais sanções, deverão ser objeto de nota fiscal/fatura específica, salvo acordo expresso entre as Partes.
 - 4.5.2 As Partes poderão, por meio de acordo expresso, efetuar os pagamentos das remunerações devidas de cada uma delas, por meio de Encontro de Contas.

5. Tributos

- 5.1 Cada Parte será responsável pela aplicação e pelo recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes e relativos ao objeto do presente Contrato, segundo a legislação vigente e da competência da cada Parte.

- 5.1.1 A Parte devedora deverá pagar à Parte credora os tributos e contribuições (PIS e COFINS – Lei nº 9.718/98) incidentes sobre o valor referido na Cláusula **Error! Reference source not found.** do Contrato, em conformidade com a legislação vigente
- 5.2 As Partes deverão atender ao CONVÊNIO ICMS 126/98, Cláusula Décima § 2º artigo IV, alterada pelo CONVÊNIO ICMS 117/2008, de 26 de setembro de 2008, fazendo “indicação, no corpo da nota fiscal, do número do contrato ou do relatório de tráfego ou de identificação específica do meio de rede que comprove a natureza dos serviços e sua finalidade”. As Partes acordam que indicação exigida na NFST será feita com o número do Contrato respectivo, informado pelas Partes.
- 5.3 Para efeito de atendimento ao CONVÊNIO ICMS 126/98, Cláusula Décima § 2º artigo II, alterada pelo CONVÊNIO ICMS 117/2008, de 26 de setembro de 2008, cada Parte deverá emitir à outra uma “Declaração expressa do tomador do serviço confirmando o uso como meio de rede”.
- 5.4 Caso as Partes não atendam aos procedimentos previstos nos itens 5.2 e 5.3, a NFST será emitida considerando a tributação de ICMS.